

ILUSÕES DA RAZÃO IDEALISTA: OS LIMITES DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA MITIGAR O FENÔMENO SOCIAL DA DESINFORMAÇÃO¹

*ILLUSIONS OF THE IDEALISTIC REASON: THE LIMITS OF INFORMATION
LITERACY AS AN INSTRUMENT TO MITIGATE THE SOCIAL PHENOMENON OF
DISINFORMATION*

Rodrigo Moreno Marques ²

Resumo: O primeiro objetivo do artigo é analisar, em um nível abstrato, a noção de competência em informação por meio do método da crítica da economia política, que foi empregado como instrumento analítico. Em um nível mais concreto, o segundo objetivo do artigo é analisar, na atual conjuntura brasileira, se a promoção da competência em informação tem potencial para ser uma solução eficiente contra a desinformação. As conclusões revelam que as abordagens que visam promover a competência em informação flertam com o idealismo e incorporam alguns frágeis aspectos da racionalidade idealista. Além disso, ao enfatizar as contradições da forma social que a educação tem assumido no Brasil, as conclusões expõem alguns severos limites da competência em informação como instrumento para mitigar o fenômeno social da desinformação.

Palavras-Chave: Desinformação. Competência em informação. Letramento informacional. Economia política. Marxismo.

Abstract: *Firstly, the article aims to analyze the notion of information literacy on an abstract level, employing the method of the critique of political economy as an analytical instrument.*

¹ O artigo amplia e aprofunda versão anterior que foi submetida, avaliada, aprovada e apresentada no XXIV ENANCIB (Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação) ocorrido na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em Vitória (ES), no período de 4 a 8 de novembro de 2024. O relato da pesquisa também foi apresentado no IX Encontro da ULEPICC-Brasil (União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, Capítulo Brasil), ocorrido na Universidade Estadual de Londrina (UEL), em Londrina (PR), no período de 22 a 25 de novembro de 2022.

² Doutor em Ciência da Informação. Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da UFMG. E-mail: rodrigomorenomarques@yahoo.com.br. ORCID: [0000-0002-6320-4874](https://orcid.org/0000-0002-6320-4874).

Second, on a more concrete level, the article seeks to examine whether the promotion of information literacy in the current Brazilian context holds the potential to be an effective solution against disinformation. The conclusions reveal that information literacy approaches flirt with idealism and incorporate some fragile aspects of idealistic rationality. Furthermore, by emphasizing the contradictions of the social form that education has assumed in Brazil, the conclusions uncover significant limitations of information literacy as an instrument to mitigate the social phenomenon of disinformation.

Keywords: Disinformation. Information literacy. Media and information literacy. Political economy. Marxism.

1 INTRODUÇÃO

O objeto analisado neste artigo é o fenômeno contemporâneo da desinformação que, cada vez mais, nos lembra o desafio da esfinge de Tebas: decifra-me ou devoro-te. No artigo, alguns princípios do método da crítica da economia política são empregados para contestar uma proposição que é hegemônica no campo da Ciência da Informação. Nesse campo, prevalece a ideia de que a principal solução para o problema da desinformação estaria na promoção, individual e coletiva, da competência em informação, por meio da qual as pessoas iriam adquirir habilidades para detectar conteúdos desinformativos e deixar de propagá-los. Abordagens que seguem essa linha também têm recebido outras designações como, por exemplo, competência informacional, competência infocomunicacional, letramento informacional, literacia informacional, alfabetização informacional e educação em informação.

Essas propostas, que são desdobramentos do debate introduzido na Ciência da Informação brasileira por Caregnato (2000), Dudziak (2003) e Campelo (2003), têm sido problematizadas por uma corrente que defende a promoção da chamada *competência crítica em informação*, tendo como referência autores da economia política (Marx e os marxistas), da teoria crítica (escola de Frankfurt) e da

tradição freiriana (Alencar *et al.*, 2022; Bezerra, 2019; Bezerra *et al.*, 2019; Bezerra, Schneider, 2022; Brisola, 2021; Schneider, 2019; 2022).

Conforme argumento neste artigo, não obstante a promoção da competência em informação ser relevante e necessária, os limites desse tipo de proposta precisam ser reconhecidos. No entanto, esses limites não têm recebido a devida atenção por parte dos autores da Ciência da Informação.

Não é a primeira vez que a área de Ciência da Informação endossa ideias que, apesar de movidas pelo desejo de emancipação, têm poucas chances de alcançar os objetivos almejados. Há duas décadas atrás, por exemplo, quando uma ingênua noção de sociedade da informação ainda predominava na Ciência da Informação brasileira, a inclusão digital era prescrita como solução para superar desigualdades socioeconômicas e culturais, além de ser apontada como caminho que conduziria à emancipação humana (Marques, 2022).

Partindo desse contexto, o presente artigo tem dois objetivos. O primeiro é analisar, em um nível abstrato, as abordagens da competência em informação por meio do método da crítica da economia política de Marx e Engels, que foi empregado como instrumento analítico (Marx, 2007, 2010, 2011a, 2011b, 2024; Engels, 2010, 2011; Marx, Engels, 2003, 2007). Embora os autores não tivessem como objeto das suas investigações o fenômeno da desinformação, suas reflexões sugerem alguns obstáculos que impedem que a promoção da competência em informação constitua um instrumento efetivo para superar o fenômeno social da desinformação. A análise realizada revela que a noção de competência em informação flerta com o idealismo e incorpora alguns frágeis aspectos da racionalidade idealista. Acreditar que o desenvolvimento de habilidades cognitivas é a chave para superar o fenômeno social da desinformação denota um equívoco que é análogo a ilusão dos iluministas do

século XVIII, que supunham que o conhecimento e a racionalidade humana conduziram a sociedade para um futuro virtuoso, mais justo, livre, igualitário e fraterno.

Levando a discussão para um nível mais concreto, o segundo objetivo do artigo é apresentar resposta para a seguinte questão. Será que, na atual conjuntura brasileira, a promoção da competência em informação tem potencial para ser uma solução eficiente contra a desinformação? A resposta que apresento para a questão colocada enfatiza as contradições da forma social da educação³ e, ao fazê-lo, aponta algumas possibilidades, mas, sobretudo, os limites das ações educativas e informativas preconizadas pelas abordagens da competência em informação.

O artigo está estruturado em quatro seções. Após a introdução, a segunda seção apresenta alguns aspectos do método da crítica da economia política que jogam luz no fenômeno contemporâneo da desinformação. Na terceira seção, voltada para atual conjuntura brasileira, problematizo a promoção da competência em informação como solução para erradicar o fenômeno social da desinformação. Por fim, as considerações finais trazem uma breve síntese da análise realizada e apontam alguns desdobramentos futuros da pesquisa.

2 O MÉTODO DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

Podemos afirmar que Marx não nos legou um método de pesquisa, se considerarmos que essa expressão representa um conjunto de regras e definições universais que devem orientar investigações científicas. No entanto, ao nos debruçarmos sobre a obra de Marx, é possível apreender os princípios do

³ A noção de forma social aqui adotada tem como referência a concepção que Marx emprega em diferentes passagens ao longo da sua obra madura (Marx, 2013a, 2014, 2017). Vide Marques (2022) e Rubin (1987).

método que ele empregou para dissecar o objeto de pesquisa que ocupou sua vida: os fundamentos da sociedade burguesa moderna ou, nos termos do autor, a “anatomia da sociedade civil” (2024, p. 25).

Podemos perceber a aplicação dos princípios do método de Marx na obra *O Capital: crítica da economia política - Livros I, II e III* (2013a, 2014, 2017). Em outros conhecidos textos, o autor discorre sobre o seu objeto de investigação (2013b), sobre “o resultado geral” que “nortearia [seus] estudos” (2024, p. 25), sobre a “fundamentação materialista do [seu] método” (2013c, p. 89), sobre seu “método dialético” (2013c, p. 90) e sobre o “método cientificamente correto” (2011b, p. 54) que ele aponta ao analisar o “método da economia política” (2011b, p. 54-61).

Afirmar que o método do pensador alemão é o *materialismo dialético* ou o *materialismo histórico* mais confunde do que esclarece. Na verdade, esses termos, jamais empregados por Marx, foram criados por membros da Segunda Internacional, como Kautsky (1854-1938) e Plekhanov (1856-1918), que promoveram algumas interpretações distorcidas da obra de Marx e serviram como instrumentos políticos do stalinismo na União Soviética. Marx nunca adotou essas expressões assim como não propôs uma teoria geral da história ou uma filosofia da história norteadas por leis universais da evolução da humanidade. Apesar disso, uma leitura atenta dos textos publicados por Marx e dos manuscritos legados por ele nos permite identificar uma concepção materialista da história, ou seja, princípios ou pressupostos que orientaram as pesquisas de Marx, cujo objetivo era desvelar a estrutura e a dinâmica da sociedade civil burguesa e o modo de produção que lhe é subjacente (Machado, 2018; Netto, 2006, 2011). É, portanto, a partir dessa perspectiva que adoto o termo método da crítica da economia política ou, simplesmente, método de Marx.

Um dos princípios desse método, enunciado pelo jovem Marx em suas *Teses sobre Feuerbach* de 1845, postula que a “essência humana [...] é o conjunto das relações sociais” (Marx, 2007, p. 534). Compreender esse princípio exige decifrar quais são as relações sociais mais relevantes para consolidação de um tipo de sociabilidade historicamente predominante. Analisemos esse aspecto mais detidamente.

Marx e Engels (2007) perceberam que os seres humanos, no esforço cotidiano para produzir e reproduzir a própria vida, por meio do seu trabalho, participam da constituição social de um modo de produção historicamente específico. Em cada modo de produção, prevalece um conjunto de relações sociais que constitui a estrutura econômica da sociedade e que assume um caráter coercitivo, fazendo com que a maioria das pessoas passe a reproduzir aquela forma de sociabilidade. Portanto, nesse sentido, uma relação social é “um tipo específico de relação entre indivíduos, justamente aquela posta pela forma específica de sociedade que estes reproduzem” (Machado, 2018, p. 60).

Em 1843, Marx (2010) já tinha percebido que as relações sociais mais relevantes para constituição de um tipo de sociabilidade predominante não são as relações jurídicas, políticas ou intelectuais. No mesmo sentido, podemos afirmar que também não são as relações informacionais, comunicacionais ou educacionais. Essa afirmativa, que pode surpreender intelectuais e profissionais dos campos da Informação, da Comunicação e da Educação, tem uma justificativa que é de ordem ontológica e não epistemológica. Afinal, a justiça, a política, a educação e a cultura tendem a estar subordinadas ao complexo conjunto das relações de produção e reprodução da vida, que constituem a estrutura econômica da sociedade. Em 1859, Marx assim sintetizou esse princípio:

Na produção social de sua vida, os humanos estabelecem relações bem determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado estágio do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política, à qual correspondem certas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo social, político e intelectual da vida em geral. Não é a consciência dos humanos que determina seu ser, mas o inverso: é seu ser social que determina sua consciência (Marx, 2024, p. 25).⁴

Interpretações equivocadas dos argumentos de Marx frequentemente acusam-no de tomar o fator econômico como único elemento que determina os rumos da história da humanidade. Porém, Marx não pressupunha a supremacia absoluta das causas econômicas e rejeitava esse tipo de determinismo em favor do princípio da totalidade (Lukács, 2003; Netto, 2006, 2011).

Nesse sentido, o trecho a seguir evidencia dois aspectos do método de Marx. Em primeiro lugar, o segredo mais profundo, base oculta de toda estrutura social, reside na relação direta entre os proprietários das condições de produção e os trabalhadores. Porém, acrescenta Marx, uma mesma base econômica pode manifestar-se em infinitas variações e matizes, graças a contingências, como condições naturais, raciais ou históricas, que só podem ser compreendidas por meio de análises empíricas.

[...] é na relação direta entre os proprietários das condições de produção e os produtores diretos [...] que encontramos o segredo mais profundo, a base oculta de todo o arcabouço social e, conseqüentemente, também da forma política das relações de soberania e de dependência, isto é, da forma específica do Estado existente em cada caso. Isso não impossibilita que a mesma base econômica – a mesma no que diz respeito às condições

⁴ Importante destacar que, quando Marx afirma que é o ser social que determina a consciência dos indivíduos, ele não está eliminando o papel da racionalidade humana nos processos históricos. Porém, segundo Marx, a consciência humana só pode ser compreendida em sua relação com as circunstâncias históricas, sociais e materiais. Se, por um lado, a consciência é primordialmente determinada pelas condições materiais vigentes, por outro lado, as próprias condições materiais transformam-se dialeticamente no curso da história (Fine; Saad-Filho, 2018).

principais –, graças a inúmeras circunstâncias empíricas de diversos tipos, condições naturais, raciais, influências históricas externas etc., manifeste-se em infinitas variações e matizes, que só se podem compreender por meio de uma análise dessas circunstâncias empíricas (Marx, 2017, p. 852).

Em carta escrita a Joseph Bloch em 1890, Engels repudiou com veemência aqueles que acusavam ele e Marx de considerarem que o fator econômico seria o único determinante nos rumos da história humana:

De acordo com a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu jamais afirmamos mais do que isto. Se alguém tergiversa, fazendo do fator econômico o único determinante, converte esta tese numa frase vazia, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos fatores da superestrutura que se erguem sobre ela [...] exercem também sua influência sobre o curso das lutas históricas e determinam, em muitos casos predominantes, a sua forma (Engels, 2010, p. 103-104).

Nos termos de Engels (2011, p. 22), as lutas históricas que ocorrem nas arenas da política, religião, filosofia ou da ideologia são “a expressão mais ou menos nítida de lutas entre classes sociais” que “são condicionadas, por sua vez, pelo grau de desenvolvimento da sua condição econômica, pelo modo da sua produção e pelo modo do seu intercâmbio condicionado pelo modo de produção”. Em suma, as lutas de classe que ocorrem nas esferas da política, da justiça e da cultura são condicionadas pelo conjunto das relações de produção e reprodução da vida, que constituem a estrutura econômica da sociedade.

Em 1845, Marx e Engels já tinham percebido que as ideias dominantes em cada momento histórico estão subordinadas à classe que é a força material dominante da sociedade, isto é, as ideias dominantes são a expressão de relações materiais dominantes. Nos termos dos autores:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da

produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (Marx, Engels, 2007, p. 47).

Em semelhante direção, Marx destacou em 1852 que toda classe social cria e molda, a partir do seu fundamento material e a partir das suas relações sociais correspondentes, “toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e configurados de modo peculiar” (Marx, 2011a, p. 60).

Marx e Engels chegaram a essas acertadas conclusões ao analisarem as lutas para a emancipação humana quando os estados-nações europeus se constituíam sobre os escombros do feudalismo monarquista. Nesse contexto, eles criticaram vigorosamente o idealismo dos hegelianos alemães que acreditavam que o progresso intelectual explicaria o progresso dos regimes políticos, da cultura e de outras formas da vida social. Para os hegelianos, o estudo da consciência seria a chave para compreender a sociedade e a história seria um palco no qual as instituições e as ideias lutam por hegemonia (Fine, Saad-Filho, 2018). Marx e Engels criticavam a ingenuidade dos hegelianos que acreditavam que “basta denunciar as desrazões para que elas cedam, e dizer a razão para que ela vença” (Althusser, 2015, p. 69).⁵

No entanto, ao longo da história, a racionalidade humana, a cultura e a educação assumem formas sociais específicas e, no capitalismo, o que os

⁵ Ao criticar as ilusões hegelianas sobre a Revolução Francesa, Marx e Engels (2003, p. 137) afirmaram que “ideias não podem conduzir jamais além de um velho estado universal das coisas, mas sempre apenas além das ideias do velho estado universal das coisas. Ideias não podem executar absolutamente nada”.

iluministas chamavam de *luzes* acaba assumindo formas sociais subordinados à sociabilidade do capital. Uma famosa passagem das *Teses sobre Feuerbach* (1845) que toca no tema da Educação é bastante reveladora: “A doutrina materialista [de Ludwig Feuerbach] sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem que ser educado” (Marx, 2007, p. 533).

Ao defender essa perspectiva de Marx e Engels, não estou sugerindo que disputas nas arenas da lei, da política, da educação e da cultura são pouco relevantes para reduzir as barbáries da sociabilidade capitalista. Essas disputas são importantes pois dizem respeito às agruras do tempo presente, isto é, às amarguras da vida cotidiana. Porém, é preciso ter clareza que o direito, a política, a educação e a cultura tendem a assumir formas subordinadas às relações sociais responsáveis pela produção e reprodução da vida humana, que são também responsáveis pela produção social da riqueza material que é apropriada pelos proprietários dos meios de produção e distribuída para cada uma das classes sociais, grupos ou indivíduos (Marx, 2010, 2024; Marx, Engels, 2007; Engels, 2010). Portanto, ainda que as disputas superestruturais sejam imprescindíveis para a classe trabalhadora, elas não atingem o que Engels chamou de “o fator que em última instância determina a história”, ainda que elas também exerçam “sua influência sobre o curso das lutas históricas e determinam, em muitos casos predominantemente, a sua forma” (Engels, 2010, p. 103-104).

Após esse breve excuro pelas ideias de Marx e Engels, retornemos ao objeto empírico que nos interessa, ou seja, ao fenômeno contemporâneo da desinformação e à possibilidade de superá-lo por meio da competência em informação.

É preciso compreender que a desinformação é um fenômeno que tem caráter individual, institucional e estrutural. Essa compreensão nos ajuda a entender porque a promoção da competência em informação não é uma solução promissora para reduzir significativamente as desinformações que atualmente circulam no tecido social.

Se a desinformação tivesse apenas um caráter individual, as chances de minimizar esse fenômeno por meio do fomento da competência em informação seriam maiores do que na verdade são.

Porém, o fenômeno social da desinformação, além da sua dimensão individual, tem um caráter institucional pois ele é resultado do funcionamento das instituições. Instituições privadas como, por exemplo, as empresas que são detentoras das plataformas digitais e dos meios de comunicação de massa adotam modelos de negócios que contribuem fortemente para promover esse cenário de pós-verdade que nos assola. No ambiente digital, a desinformação se tornou insumo imprescindível para lucrativas empresas que se digladiam para capturar a atenção do público. Como sabemos desde os tabloides sensacionalistas do século XIX, alguns conteúdos são eficientes iscas para atrair audiência: fofocas, escândalos, violência, notícias estapafúrdias e mentiras. A mídia impressa, as empresas de rádio e TV sempre lucraram com esse tipo de conteúdo.

Mas o fenômeno social da desinformação não tem apenas caráter individual e institucional. Tendo em vista que as instituições representam a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização, esse fenômeno é, além de individual e institucional, um problema de ordem estrutural. Essa percepção nos ajuda a entender que a desinformação não é apenas algo que instituições criam, mas é sobretudo algo reproduzido por elas. A desinformação decorre da

própria estrutura da sociedade, incluindo suas relações econômicas, políticas, jurídicas e familiares.

Mas como a crítica da economia política corretamente aponta, dentre essas variadas relações sociais que constituem a sociabilidade humana, aquelas que estão diretamente envolvidas na esfera da produção e reprodução da vida, que engendra a estrutura econômica da sociedade, tendem a subordinar as ideias, a educação, a política e a justiça.

Os princípios do método da crítica da economia política, que foram aqui brevemente apresentados, guiam a análise exposta a seguir. Em um nível mais concreto, busca-se responder a seguinte questão.

3 SERÁ QUE, NA ATUAL CONJUNTURA BRASILEIRA, A PROMOÇÃO DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO TEM POTENCIAL PARA SER UMA SOLUÇÃO EFICIENTE CONTRA A DESINFORMAÇÃO?

Minha resposta para pergunta colocada é não, pelos seguintes motivos. Se levarmos em conta a dimensão social do fenômeno da desinformação, que envolve os diferentes estratos que compõem a sociedade, podemos perceber que as iniciativas para combater a desinformação por meio de ações voltadas para o desenvolvimento da competência em informação atingem uma reduzida parcela da população brasileira. Por mais louváveis e meritórias que sejam, por exemplo, as ações de extensão universitária que visam fomentar competência em informação, seu alcance é extremamente limitado.

Diante desse quadro, seria desejável que políticas públicas fossem além dos voluntarismos e dos esforços individuais, por meio de compromissos do Estado. Se é que existe chance de a promoção da competência em informação

efetivamente ajudar no combate à desinformação, essa chance reside na possibilidade de criação de políticas públicas com esse objetivo.

Borges, Silva e Machado (2024) analisaram se e como a educação em informação se faz presente em treze políticas públicas brasileiras publicadas entre os anos de 2007 e 2023 como, por exemplo, no Programa de Inovação Educação Conectada do Ministério da Educação (MEC), na Estratégia Brasileira para a Transformação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI), e na Estratégia Brasileira de Educação Midiática da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM).

Percebe-se que essas iniciativas não cumprem três princípios básicos do que se pode chamar de política pública. Elas não estão amparadas por um marco legislativo específico. Elas não têm previsão orçamentária que viabilize sua efetiva execução. E elas não apresentam um planejamento de longo prazo com metas bem definidas e avaliações periódicas do cumprimento dessas metas.

O Plano Nacional de Educação não aborda o enfrentamento da desinformação. Apesar da BNCC - Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) citar superficialmente no problema da desinformação, nota-se que seu foco é a promoção do ideal neoliberal do empreendedorismo e da qualificação dos indivíduos para aumentar sua empregabilidade. Assim, as disciplinas dos currículos do Novo Ensino Médio praticamente não tocam no tema da desinformação e as instituições brasileiras de educação básica assumem um caráter conteudista voltado para treinar pessoas para o ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio) e para prepará-las para o mercado de trabalho. Conforme destaca Laval (2019), sob o pretexto da inovação e da modernização, a educação tem sido norteadada pela ideologia da gestão e da eficiência econômica, a avaliação do aprendizado tem sido reduzida a critérios quantitativos, e a função de

transmitir a cultura e formar valores comuns tem sido substituída pelo ensino de competências e habilidades profissionais.

Nenhuma das políticas públicas citadas acima abordam um dos principais fundamentos causais da desinformação, ou seja, não reconhecem que a desinformação decorre da lógica do capital, quando ele passa a colonizar a infraestrutura de telecomunicações, as plataformas digitais, os aplicativos e serviços *online*, além da cultura de massas no ambiente digital. Assim, uma missão hercúlea é atribuída ao sujeito que é vítima do fenômeno estrutural da desinformação. Ele deve substituir a incompetência em informação alojada em sua mente por aquilo que vai salvá-lo: a razão e o esclarecimento.

Não é a primeira vez que esse tipo de ilusão conquista mentes e corações de pessoas bem-intencionadas. O socialista utópico Robert Owen incorreu em semelhante equívoco no século XIX:

Pois tais transigências apresentam a verdade e o erro ao público, e, sempre que esses são exibidos em conjunto de um modo razoável, no final das contas a verdade tem de prevalecer. [...] Espera-se, confiantemente, que esteja próximo o tempo em que o homem, por ignorância, não mais infligirá um sofrimento desnecessário sobre o homem; porque a maioria da humanidade se tornará esclarecida, e irá discernir claramente que ao agir assim inevitavelmente criará sofrimento a si própria (Owen, 1927, p. 89).

As palavras de Owen denotam um iluminismo ingênuo que, como denunciou Althusser, crê naquele já referido devaneio hegeliano: “basta denunciar as desrazões para que elas cedam, e dizer a razão para que ela vença” (2015, p. 69). Porém, na sociabilidade do capital, não é assim que as coisas acontecem. Desde que a razão e a ciência moderna ganharam força no século XIX, a sociedade não se tornou mais justa, livre, igualitária ou fraterna. A promessa do progresso que seria engendrado pela racionalidade não se cumpriu e o projeto civilizatório iluminista fracassou. Apesar do desenvolvimento da ciência e da

tecnologia, desde o século das luzes, cresce a desigualdade econômica, genocídios são cometidos, o meio ambiente se deteriora e catástrofes ambientais cada vez mais frequentes se abatem sobre a humanidade.

A proposta de combater a desinformação por meio da educação formal também apresenta outra fragilidade que é apontada por Mészáros (2008). Não podemos superestimar a capacidade das instituições de educação formal quando o objetivo é transformar a sociabilidade vigente. Afinal, a escola participa apenas de uma parte da formação dos indivíduos. Paracelso, no século XVI, nos apresentou uma visão da formação humana mais ampla ao dizer que “a aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender” (1951, p. 181). Isso significa que o ser humano se educa na escola, mas também, ao longo de toda a sua vida, em diferentes instâncias, como no trabalho, no ambiente familiar, no culto religioso, nos momentos de lazer, ao acessar os meios de comunicação ou usar as redes sociais online. Quando se tem em mente essa noção de Educação em sentido amplo, ficam claros os limites da educação formal.

Com esses argumentos que colocam em dúvida a possibilidade de superação do fenômeno da desinformação por meio da promoção da competência em informação, não pretendo sugerir que a educação não tem um papel fundamental na formação do ser humano e na constituição das relações sociais vigentes. Porém, é preciso reconhecer o caráter dialético da educação, afinal, ela tanto pode assumir uma forma social a serviço da emancipação humana quanto pode assumir uma forma social a serviço da dominação e da subordinação. Não faltam exemplos dessas metamorfoses, ou seja, de mudanças na forma social da educação e na forma social da escola, ao longo da história.

Paulo Freire (2000) acertadamente reconhece que, “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.⁶ Mészáros (2008) também enfatiza que o papel da Educação, entendida em sentido amplo, é essencial para criarmos uma ordem social metabólica radicalmente diferente da que vigora atualmente. No entanto, o papel da Educação depende fundamentalmente da forma social que ela assume, em cada contexto histórico e regional.

Em uma ata da Associação Internacional dos Trabalhadores de 1869, Marx apontou o caráter dialético da Educação, ecoando o que ele já havia percebido desde a sua juventude: “o próprio educador tem que ser educado” (2007, p. 533). Na referida ata, Marx aponta um cenário análogo ao da Educação brasileira na atualidade:

O cidadão Marx afirma que uma dificuldade de índole particular está ligada a esta questão [da Educação]. Por um lado, é necessário modificar as condições sociais para criar um novo sistema de ensino; por outro, falta um sistema de ensino novo para poder modificar as condições sociais. Consequentemente, é necessário partir da situação atual (Marx, 2004, p. 107).

⁶ A obra de Paulo Freire (1987, 1996, 1997, 2000) tem inspirado estudos sobre competência em informação e suas possíveis aplicações. Apesar de Freire tomar como referência as concepções de Marx e de outros autores marxistas, a crítica que ora endereçamos à noção de competência em informação predominante na Ciência da Informação também se aplica ao pensamento do filósofo e educador brasileiro. Sem desmerecer os incontestes méritos do pensamento freiriano, nota-se que suas receitas para superar a sociabilidade do capital atribuem centralidade às interações dialógicas entre educador e educando, interações essas que seriam mediatizadas pelo mundo e pelos objetivos cognoscíveis. Segundo a famosa síntese de Freire (1987, p. 39), “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. Mediatizados pelos objetos cognoscíveis [...]”. Assim, a eterna e inescapável mediação do trabalho humano, responsável para constituição do ser social em cada momento da história da humanidade (Marx, 2013a; Lukács, 2012, 2013), perde relevância como *locus* principal para superação da sociabilidade do capital e é substituída pela mediação da Educação. Os limites de espaço do presente artigo impedem que as proposições de Paulo Freire sejam discutidas com profundidade. Vide artigo de Fernanda dos Santos Paulo intitulado *A influência de marxistas nas obras de Paulo Freire* (Paulo, 2024).

Importante notar que a saída para o dilema apontado é de ordem ontológica e não epistemológica. “É necessário partir da situação atual”, ou seja, é necessário partir da realidade efetivamente existente e não de idealismos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desinformação possui fundamentos causais, ou seja, possui determinações sistêmicas que, atualmente, decorrem em grande medida da ordem social do capital.

Alguns obstáculos que impedem que a competência em informação se torne um instrumento eficaz para mitigar o atual fenômeno social da desinformação estão relacionados com a forma social que a tecnologias de informação e comunicação assumem na atualidade. Conglomerados empresariais que constituem verdadeiros monopólios digitais (Valente, 2019) controlam o complexo aparato tecnológico que constitui a base técnica da internet e das suas aplicações, como os motores de busca (a exemplo do Google), os aplicativos de mensageria (como WhatsApp e Telegram) e as plataformas de redes sociais online (como Facebook e X). Assim, a mediação técnica das plataformas digitais torna-se cada vez mais desinformativa, mesmo para as pessoas consideradas competentes em informação, pois elas também estão subordinadas aos imperativos de arquiteturas técnicas e de algoritmos cujos códigos permanecem ocultos pela lógica econômica do segredo industrial (Oliveira; Marques, 2024).

Além disso, a cultura, entendida em sentido amplo, assume cada vez mais uma forma social subordinada ao capital. Atualmente, a produção cultural e de conteúdos em geral está norteadada pelo imperativo da captura da atenção, num

jogo de vale tudo que tem como principais iscas as notícias falsas, as informações distorcidas e fora de contexto, as fofocas, os escândalos, os fatos da vida privada, a violência, o conteúdo grotesco e absurdo. Também salta aos olhos o crescente uso de conteúdos digitais desinformativos em disputas ideológicas, simbólicas e políticas.

Diante desse cenário, a forma social que a educação assume no Brasil contemporâneo revela-se inócua para combater a desinformação. As políticas públicas brasileiras ainda não incorporam instrumentos efetivos para erradicar a desinformação.

Para superar a desinformação, será necessário superar as determinações estruturais da sociabilidade capitalista que, em última instância, são as principais responsáveis por produzir e reproduzir a desordem informacional vigente e nos aprisionar na era da pós-verdade em que vivemos.

Mas isso não significa que devemos aguardar a superação da ordem do capital para somente depois, enfim, nos livrarmos do fenômeno social da desinformação. Precisamos continuar a enfrentar a desinformação por meio de diferentes frentes que incluem, além das políticas públicas de educação, as políticas de informação voltadas para regulação das plataformas digitais, as campanhas para suspensão de financiamentos (como *Sleeping Giants*), as agências de verificação de fatos, dentre outras. Porém, é imprescindível reconhecer as possibilidades e os limites de cada uma dessas diferentes estratégias. Afinal, como dizia Palmiro Togliatti, quem erra na análise, erra na ação.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Ana Paula; FERREIRA MARQUES, Juliana; SCHNEIDER, Marco; CARVALHO ALVES, Edvaldo. Competência Crítica em Informação e Educomunicação: proposta interdominial no combate à desinformação. **Palavra Chave**, [s.l.], v. 11, n. 2, p. e153, 2022. DOI: <https://doi.org/10.24215/18539912e153>
- ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas: Editora Unicamp. 2015.
- BEZERRA, Arthur Coelho. Teoria crítica da informação: proposta teórico-metodológica da integração entre os conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. *In*: BEZERRA, Arthur C.; SCHNEIDER, Marco; PIMENTA, Ricardo M.; SALDANHA, Gustavo S. **iKritica**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 15-72.
- BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco (Orgs.). **Competência crítica em informação**: teoria, consciência e práxis, Rio de Janeiro: IBICT, 2022.
- BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; PIMENTA, Ricardo Medeiros; SALDANHA, Gustavo Silva. **iKritica**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.
- BORGES, Jussara; SILVA, Daniela; MACHADO, Renata Farias. Educação em informação nas políticas públicas brasileiras. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 24., 2024, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: ANCIB, 2024. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/view/2277>
Acesso em: 15 jan, 2025.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação - MEC, 2017.
- BRISOLA, Anna Cristina Caldeira de Andrada Sobral. **Competência crítica em informação como resistência à sociedade da desinformação sob um olhar freiriano**: diagnósticos, epistemologia e caminhos ante as distopias informacionais contemporâneas. Tese (doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT; Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1165>. Acesso em: 17 jan. 2025.

CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, [s.l.], v. 32, n. 3, p. 28-37, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652003000300004>.

CAREGNATO, Sonia Elisa. O Desenvolvimento de Habilidades Informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia e Comunicação**, Porto Alegre, v. 8, p. 45-53, 2000. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/11663/1/artigoRBC.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2025.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, [s.l.], v. 32, n. 1, p. 23-35, 2003. DOI: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v32i1.1016>

ENGELS, Friedrich. Carta de Engels a J. Bloch. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cultura, arte e literatura: textos escolhidos**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 103-104.

ENGELS, Friedrich. Prefácio à 3a. edição [de 1885]. *In*: MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo. 2011, p. 21-22.

FINE, Bem; SAAD-FILHO, Alfredo. **O capital de Marx**. Lisboa: Editorial Presença, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACHADO, Gustavo. **Marx e a história**: das particularidades nacionais à universalidade da revolução socialista. São Paulo: Sundermann, 2018.

MARQUES, Rodrigo Moreno. Fetichismo da informação e da cultura: contribuições à crítica da Ciência da Informação. *In*: FROTA, Maria Guiomar da Cunha; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; MARQUES, Rodrigo Moreno. (Org.). **Informação, Mediação e Cultura**: teorias, métodos e pesquisas. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2022, p. 95-121.

MARX, Karl. Exposição das seções dos dias 10 e 17 de agosto de 1869 no Congresso Geral da AIT. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Centauro, 2004, p. 107-109.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 533-535.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política - Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013a.

MARX, Karl. Prefácio da primeira edição. *In*: MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política – Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013b, p. 77-81.

MARX, Karl. Posfácio da segunda edição. *In*: MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política – Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013c, p. 83-91.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro II. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

- MARX, Karl. Prefácio. *In*: Marx, Karl. **Para crítica da Economia Política**. São Paulo: Boitempo, 2024, p. 23-28.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. amp. São Paulo: Boitempo, 2008.
- NETTO, José Paulo. **O que é marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- OLIVEIRA, Débora Ferreira. de; MARQUES, Rodrigo Moreno. O ataque das plataformas digitais contra o projeto de lei das fake news: uma análise sob as lentes do colonialismo digital e do colonialismo de dados. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 17, p. 1-26, 2024. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/693/590>. Acesso em: 17 jan. 2025.
- OWEN, Robert. **A new view of society and other writings**. Londres: Everyman, 1927.
- PAULO, Fernanda dos Santos. A influência de marxistas nas obras de Paulo Freire. **Trabalho & Educação**, [s.l.], v. 33, n. 2, p. 88-101, 2024. DOI: <https://doi.org/10.35699/2238-037X.2024.51353>
- PARACELSO (Philippus Aureolus Theophrastus Bombastus von Hohenheim). **Selected writings**. Londres: Routledge & Kegan Paul. 1951.
- RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.
- SCHNEIDER, Marco. CCI/7: competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. *In*: BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M.; PIMENTA, R. M.; SALDANHA, G. S. **iKritica**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019, p. 73-116.
- SCHNEIDER, Marco. **A era da desinformação**: pós-verdade, fake news e outra armadilhas. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.

VALENTE, Jonas Chagas. **Tecnologia, informação e poder**: das plataformas on-line aos monopólios digitais. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília (UnB), Brasília (DF), 2019. Disponível em: <https://www.repositorio.unb.br/handle/10482/36948>. Acesso em: 17 jan. 2025.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo financiamento da pesquisa em andamento.

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. 



 tpbci@ancib.org

 [@anciboficial](https://www.instagram.com/anciboficial)